

Jornal do Psicólogo

ano 24 n°88 ago/out 2007

27 de agosto, Dia de valorizar a Profissão

O Dia do Psicólogo é uma oportunidade para se valorizar o trabalho da categoria, repensar a profissão e refletir sobre o seu fazer diário. Só em Minas são mais de 20 mil profissionais envolvidos com diversos tipos de atividades, desde a clínica até o trabalho comunitário, passando pela área hospitalar e a psicologia jurídica, entre muitos outros campos.

Gustavo Machala



10ª Parada GLBT de Belô: entusiasmo, consciência e militância marcam o desfile na capital mineira e leva 50 mil pessoas em ato político social na principal avenida da cidade que pediam uma sociedade sem racismo, machismo e homofobia

PSIND-MG

Psicólogos buscam melhores condições de trabalho.

Pág. 4

SUCESSO

Aprovação de teses, em Brasília, finaliza VI CNP.

Pág. 5

VIOLÊNCIA INFANTIL

Programa combate abuso sexual de crianças.

Pág. 5

LUTA ANTIMANICOMIAL

Um crime ainda sem solução.

Pág. 12

EDITORIAL

A Psicologia brasileira vem passando por profundas transformações nos últimos anos. Desde a regulamentação da profissão em 1962 passando pela organização do Sistema Conselhos de Psicologia em 1971 chegando aos dias atuais, nossa profissão está em constante mudança e precisa estar mais conforme a realidade e às demandas da sociedade brasileira.

Avançamos e várias conquistas e lutas deram uma nova face à Psicologia brasileira. Deixamos gradativamente uma perspectiva exclusivamente clientelista e liberal, para nos debruçarmos sobre as exigências de uma Psicologia que fosse pensada enquanto ciência e profissão, mas que pudesse estar comprometida socialmente e assumisse os desafios colocados para uma ciência e uma prática vocacionada para o protagonismo social.

Nesse percurso, a Psicologia esteve presente nas grandes transformações mais recentes da história brasileira. Participamos da implementação do SUS, do ECA e mais amplamente do avanço na concepção e implantação das Políticas Públicas no Brasil. Assumimos um caráter de Ciência, Profissão, Compromisso Social, Protagonismo e de participantes importantes e interessados na concepção e consecução das Políticas Públicas.

Atualmente a Psicologia se consolida enquanto Ciência e um conjunto de práticas que tem no compromisso social uma de suas maiores vocações. A busca por uma formação mais qualificada e capaz de preparar os profissionais psicólogos para a realidade brasileira é uma das preocupações mais urgentes. O fomento ao Fórum das Entidades de Psicologia (Psind-MG, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, Abrapso, Conselho de Estudantes de Psicologia), o avanço no aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos, diálogos cada vez mais constantes com o poder público e os Movimentos Sociais, transparência e cuidado na gestão administrativa da Autarquia, implantação do CREPOP (Centro de Referências Técnicas em Políticas Públicas), dentre outros avanços, são iniciativas e ações concretas para a qualificação da Psicologia no Brasil.

Em Minas tivemos êxito na implementação do CREPOP que é hoje umas das referências nacionais. Ampliamos o diálogo com as Entidades de Psicologia e criamos o Fórum Mineiro das Entidades de Psicologia, um espaço onde convivem o Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP MG), Corep (Conselho Regional dos Estudantes de Psicologia). No mesmo ambiente temos ainda o CDI, Centro de Documentação e Informação, cuja criação revela a preocupação com a memória da Psicologia e ainda a necessidade de torná-la mais acessível aos psicólogos mineiros.

Avançamos, mas ainda temos muitos desafios pela frente. Sabemos da necessidade de buscarmos um reconhecimento mais concreto do poder público e da sociedade brasileira com relação à nossa ciência e nossa profissão. Buscamos, pois, avançar em três grandes eixos considerados fundamentais para a Psicologia em Minas e no Brasil: a empregabilidade e o mercado de trabalho; as Políticas Públicas e as relações entre a Psicologia e os Direitos Humanos.

Minas Gerais lançou para o país inteiro a idéia de que a valorização da Psicologia passa pela valorização do trabalho e do profissional. Temos mais um motivo para comemorarmos o 27 de agosto, Dia do Psicólogo, agora também Dia da Valorização do Trabalho de todos os Psicólogos brasileiros.

Parabéns a todos nós, que estejamos juntos na luta por um reconhecimento mais firme e concreto da nossa profissão.

Boa leitura!

SPTM

A XIII Reunião da Sociedade de Psicologia do Triângulo Mineiro acontecerá de **12 a 14 de novembro** em Uberlândia. No encontro - palestras, mini-cursos, oficinas, mesas-redondas de Psicologia, Educacional, Psicologia Organizacional, Psicologia da Saúde e Psicologia Hospitalar, ressonâncias de congressos nacionais e apresentação de trabalhos científicos. A comissão organizadora receberá propostas dos mini-cursos até o dia 15 de outubro de 2007. Ao todo serão 15 resumos na programação final. A SPTM é uma sociedade científica sem fins lucrativos e tem como objetivo incrementar e difundir o conhecimento científico nas áreas da Psicologia. Contatos através dos e-mails: uberlandia@crp04.org.br ou fleite@triang.com.br.

CONCURSO DA ABRAPSO

O 1º Concurso de Teses, Dissertações e Monografias em Psicologia Social é uma iniciativa da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e visa a incentivar a produção e a divulgação científica de estudos desenvolvidos na área da Psicologia Social no Brasil. Podem concorrer teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos oriundos de trabalhos de conclusão de curso, (TCC, monografia), de iniciação científica e de estágios de graduação em Psicologia. O prazo para inscrições termina no dia **20 de agosto**, e os interessados poderão obter outras informações e se inscrever no site da ABRAPSO: www.abrapso.org.br.

FÓRUM DE PSICANÁLISE E HOSPITAL

Entre os dias **23 e 25 de agosto**, a Clínica de Psicologia e Psicanálise do Hospital Mater Dei, em parceria com a Universidade Louis Pasteur, da França, realizará o III Fórum Internacional Psicanálise e Hospital, encontro que vai reunir psicanalistas convidados do Brasil e da França. O evento será composto por palestras, mesas-redondas, exposição de pôsteres e cursos; na ocasião, também será lançada a revista Epistemo-Somática, que traz artigos de autores nacionais e internacionais. Os interessados podem buscar mais detalhes e se inscrever na Clínica de Psicologia e Psicanálise do Hospital Mater Dei - (31) 3292-0530. Outras informações no endereço eletrônico da instituição: www.psicanaliseehospital.com.br.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG)

SEDE
Rua Timbiras, 1532 6º andar, Lourdes CEP:
30140-061 Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 2138-6767
e-mail: crp04@crp04.org.br www.crp04.org.br

ESCRITÓRIOS SETORIAIS

- Triângulo Mineiro - Uberlândia
Tel: (34) 3235-6765
e-mail: uberlandia@crp04.org.br

- Região Sudeste - Juiz de Fora
Tel: (32) 3215-9014
e-mail: sudeste@crp04.org.br

- Sul de Minas - Pouso Alegre
Tel: (35) 3423-8382
e-mail: sul@crp04.org.br

- Norte de Minas - Montes Claros
Tel: (38) 3221-7720

- Leste de Minas - Governador Valadares
Tel: (33) 3225-0475

JORNAL DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)

Diretoria:

José de Almeida Guedes
Conselheiro-presidente
Walter Mariano de Faria Silva Neto
Conselheiro vice-presidente
Paulo Sérgio dos Prazeres
Conselheiro-tesoureiro
Roberto da Silva Sales
Conselheiro-secretário

Conselho Editorial:

Robson Abreu, Gustavo Machala, Rogério Oliveira e Rodrigo Tóres

Diagramação, fotos e layout - Ascom CRP-MG

Jornalista Responsável:
Robson Abreu - MG 05275 JP
ascom@crp04.org.br

Redação:

Gustavo Machala - MG 11780 JP
ascom1@crp04.org.br
Relações Públicas: Nathalia Monteiro
RP 571/2006
rp@crp04.org.br
Estagiária: Janaína Rochido
comunica2@crp04.org.br

Tiragem: 20 mil exemplares

VI ENCONTRO NACIONAL DA ABEP

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) realizará seu quarto encontro em Belo Horizonte, entre os dias **6 e 9 de setembro**. O local escolhido foi o auditório da UNA (rua Aimorés, 1451, Lourdes). Estão previstos encontros de professores, coordenadores de cursos e estudantes de Psicologia, reuniões para debater o ensino de Psicologia no ensino médio e em outras profissões e mesas redondas sobre cenários de futuro da Psicologia no Brasil, além de sessões de comunicação. Inscrições: www.abepsi.org.br.

PSICOLOGIA HOSPITALAR

O VI Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar marcará os 10 anos da SBPH com o tema "10 anos da SBPH: Ampliando horizontes na construção de saberes". O evento acontecerá em Natal, no Rio Grande do Norte, entre os dias **12 e 15 de setembro**. Será dada uma atenção especial à apresentação de temas livres, trabalhos em hospitais, pesquisas e pôsteres. Os participantes terão na programação simpósios, cursos, mesas redondas, e outras oportunidades de conversar com os especialistas convidados. Para mais detalhes, os interessados devem acessar o www.mkmeventos.com.br/sbphnatal e verificar as categorias disponíveis para inscrição. É possível inscrever-se até o primeiro dia do evento.

CONGRESSO DA ULAPSI

A cidade de Havana, em Cuba, sediará o II Congresso Latino-americano de Psicologia da ULAPSI (União Latino Americana de Psicologia), do dia **12 ao dia 14 de setembro**, cujo tema é "Para uma Psicologia com todos e para o bem de todos". É um convite à reflexão da Psicologia com vocação e compromisso latino-americano. Informações e inscrições pelo site da ULAPSI: www.ulapsi.org.



Democracia na Psicologia: 85 teses e 13 moções aprovadas no VI CNP vão assegurar as estratégias do Sistema Conselhos para os próximos três anos

VI CNP REÚNE PSICÓLOGOS DE TODO O BRASIL

16 delegados mineiros eleitos durante o VI Corep participaram do encontro nacional. Esta foi a maior presença dos psicólogos do Estado em toda a história do CRP-MG

Realizado de 14 a 17 de junho, em Brasília, o **VI Congresso Nacional da Psicologia**, encerrou uma série de eventos que reuniram cerca de seis mil profissionais da Psicologia em todo o Brasil. Foram quatro dias de discussões que envolveram grupos de trabalho, debates em plenária e aprovação de 85 teses e 13 moções. O evento, este ano, contou com a participação de 146 delegados eleitos nos 16 Coreps promovidos pelo Sistema Conselhos. Foram construídas mais de 500 teses. Minas Gerais foi representada por 16 delegados, responsáveis por defender as teses apresentadas pelos psicólogos mineiros.

O VI CNP foi dividido em três eixos de discussão. O primeiro deles discutiu o **Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos**, debatendo temas como a capacidade de organização dos psicólogos e também o fortalecimento de ações conjuntas das entidades da Psicologia. O segundo, **Diálogos para a construção do Projeto Coletivo da Profissão**, repensou o contato da Psicologia com outros grupos da sociedade, como o poder público, os movimentos sociais, a universidade e ou-

Roberto Guimarães (Secretário Nacional da Defesa Civil), Ana Bock (presidente do CFP), Paulo Vanucchi (Secretário Especial de Direitos Humanos), Pedro Gabriel Delgado (representante do Ministério da Saúde) e Cristina Joly (Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira) durante a solenidade de abertura do VI CNP, em Brasília

tras profissões. O terceiro eixo debateu as formas de **Intervenção dos Psicólogos nos Contextos Institucionais**, abordando várias práticas e contextos como saúde, trânsito, psicologia jurídica, direitos humanos, criança e adolescente, formação, assistência social, entre outros.

Dois temas aprovados durante o VI Corep pelos psicólogos de Minas Gerais, e apresentados no VI CNP, foram a questão da empre-

tabilidade e condições de trabalho dos psicólogos e a questão dos direitos humanos, com ênfase maior no sistema prisional.

As 85 teses e as 13 moções aprovadas durante o VI Congresso Nacional Psicologia servirão como diretrizes para os próximos três anos de atuação do Sistema Conselhos. A intenção é que nesse período sejam implementadas as propostas trazidas e aprovadas pelos profissionais da Psicologia do Brasil.



VI Congresso Nacional da Psicologia
Do Discurso do Compromisso Social à Produção de Referências para a Prática:
construindo o projeto coletivo da profissão

Realização:


14 a 17 de junho de 2007
Local: Brasília - DF

EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

Psind-MG

Ainda sem piso salarial e lutando pela fixação de uma jornada de trabalho, os psicólogos mineiros aliam-se ao Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais (PSIND-MG) para viabilizar o que o presidente da entidade, Roges Carvalho, chama de "Empregabilidade Universal Integral". Em reuniões realizadas às quartas-feiras, na sede do Psind-MG, cerca de 10 psicólogos e integrantes de outras profissões da área da saúde discutem como viabilizar os direitos trabalhistas básicos para a classe.

"O investimento que os psicólogos fazem no Sindicato, na Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e no Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG), através das contribuições sindicais e anuidades, é de caráter fundamental para que o Psind promova e garanta as políticas de trabalho e, o CRP-MG, as políticas do exercício profissional para a categoria", afirma o líder sindical. Roges acredita que falta, por parte de muitos psicólogos, um entendimento de que todos aqueles que trabalham na Psicologia, com vínculo empregatício ou não, são "trabalhadores" e têm um sindicato, que precisa ser buscado para a defesa de seus interesses. "Categoria e Sindicato têm que estar juntos", conclama Roges.

Nas reuniões de quarta-feira no Sindicato são discutidas as relações e as condições de trabalho dos psicólogos, incluindo piso salarial, jornada e legislação. Às quintas-feiras, no CRP-MG, com a mesma temática, mas de caráter mais operacional, também acontecem reuniões para os psicólogos que trabalham no setor público e privado. Mas, mais que isso, completa Roges, "buscamos dar respeitabilidade e estabilidade para o trabalho do psicólogo, atendendo ao desejo da categoria e reconhecimento da sociedade".

Outro ponto também debatido nos encontros é a questão da **Empregabilidade Universal Integral** e da ampliação do conceito de corporativismo. "Faz um



A participação garante maior mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho

ano que o Sindicato tem trabalhado nesse tema. Esse é o nosso grande projeto e desafio", diz o presidente Roges Carvalho.

A finalidade da criação da expressão **Empregabilidade Universal Integral** é desvincular a palavra empregabilidade de sua feição neoliberal, que invoca uma idéia de homem perfeito e adequado aos padrões "homem certo no lugar certo", o que, de acordo com Roges, não condiz com a realidade. Na **Empregabilidade Universal Integral** o trabalhador é pensado como um todo, com seus saberes e fazeres, levando-se em conta sua subjetividade.

Está sendo discutida, também, no bojo da **Empregabilidade Universal Integral**, toda a prática de precarização do trabalho.

Já a ampliação do conceito de corporativismo objeti-

va retomar o termo corporativismo, considerado pejorativo, e transformá-lo no conceito de Entidade Corporativa. Este se remeteria a um grupo organizado que pensa e avalia a si próprio, mas que também trabalha junto a outros grupos, não se fechando em si mesmo, como é o caso do corporativismo puro. "Ao conceito de Entidade Corporativa agregam-se práticas políticas dos direitos humanos, dos movimentos sociais e de uma ética norteada por projeto emancipatório", finaliza Roges. O texto "**Empregabilidade Universal Integral**", bem como o texto "**Corporativo e Corporativismo**", encontra-se disponível no Sindicato.

As reuniões acontecem às quartas-feiras no Sindicato e às quintas-feiras no CRP-MG, às 19h. Informações pelo (31) 3261-5776.

COLUNA DA COF

Envie perguntas e sugestões de temas pelo e-mail etec@crp04.org.br

Esta coluna tem como objetivo fornecer informações e orientações a respeito da legislação e normatização da profissão de psicólogo, em prol de esclarecer dúvidas e abrir espaço para reflexão sobre o exercício profissional. A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) traz nesta edição alguns temas que, de forma recorrente, motivam diversos psicólogos a buscar orientação no Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais.

INTERVENÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PSICOLÓGICO:

Tem sido cada vez mais freqüente psicólogos que trabalham na área organizacional e do trabalho solicitarem orientação a este Conselho após receberem multa ou solicitação do contrato social da empresa por parte do Conselho Regional de Administração (CRA). A fiscalização do CRA sobre os psicólogos está equivocada pelas seguintes

razões:

- A área organizacional e do trabalho é de interface de várias profissões. O que dará o tom do trabalho é a especificidade do profissional que atuará na mesma e sua contribuição, tendo em vista sua formação profissional e as atividades permitidas por essa formação, definidas pelas suas respectivas legislações profissionais.

- Portanto, este Conselho entende que o psicólogo pode trabalhar nesta área, atuando com ética e competência; exercendo atividades que lhe são permitidas pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos e pelas Legislações da sua profissão. Ressalta-se que, segundo a Lei nº 4.119/62, que regulamenta a profissão de Psicólogo, no seu Artigo 13, parágrafo primeiro, fica estabelecido que constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de diagnóstico psicológico e orientação e seleção profissional.

O CFP regulamentou a Resolução nº 008/98 que estabelece que o "psicólogo regularmente inscrito no Conselho Regional de Psicologia e que exerce as suas atribuições profissionais na área de Recursos Humanos não está obrigado a inscrever-se ou contribuir para o Conselho Regional de Administração".

RECIBO PARA IMPOSTO DE RENDA:

Psicólogos e clientes questionam sobre a obrigatoriedade da emissão de recibos referente a prestação de serviço psicológico. Neste caso, a orientação é que todo profissional autônomo é obrigado a emitir recibo sobre os serviços prestados e deve colocar dados completos: nome completo, número do CPF, número do CRP, número de sessões e período em que foi realizado o atendimento. Em alguns casos, sugerimos a procura de uma assessoria contábil.

UM SILÊNCIO QUE PODE CUSTAR VIDAS

Arquivo CRP-MG

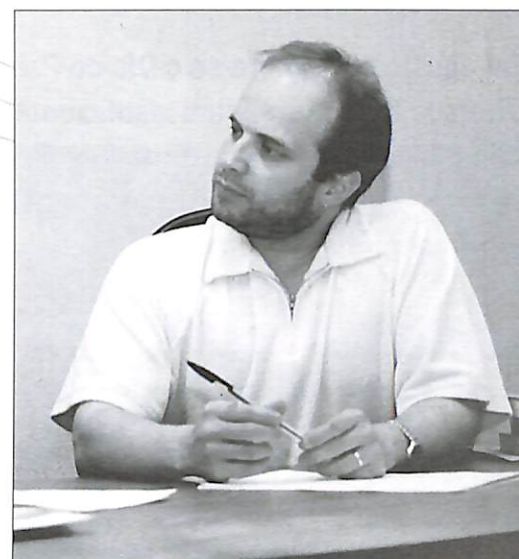
Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Se antes era considerado um mal silencioso, hoje, está estampado nas estatísticas do Governo. No entanto, a dificuldade de mapeamento e o fato de que a maioria dos casos é de violência intrafamiliar ou doméstica ainda faz com que esse problema passe despercebido para grande parte da população. Principalmente para as crianças, que, em geral, desconhecem seus direitos e os meios para garantir sua defesa. O pior: muitas vezes as famílias silenciam-se.

“O melhor é romper com o pacto de silêncio”, responde de pronto o psicólogo Roberto Chateaubriand, especialista em direitos humanos e cidadania, ao ser perguntado sobre o que deveria ser feito no caso de algum familiar perceber que um dos membros do grupo foi vítima de violência ou que um deles é o próprio agressor. Mesmo que a família não queira se expor ou expor um de seus membros, o que seria feito por meio de uma denúncia formal, que poderia, por exemplo, ser feita pelo Disque Denúncia Nacional (é só discar 100). Roberto Chateaubriand é seguro em afirmar que é preciso, pelo menos, que haja uma denúncia familiar, explicitando a situação den-

tro da família. “É preciso interromper o ato, agindo proativamente na proteção da criança”, completa Roberto, ressaltando que é extremamente necessário uma ajuda profissional, pois o rompimento com o pacto de silêncio pode desestruturar a família e tem de ser feito sob supervisão de um profissional especializado.

CADA CASO É UM CASO

Para a psicóloga da Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte e membro da Escola Brasileira de Psicanálise, Maria Rita Guimarães, é importante não esquecer das particularidades de cada caso, lembrando que deve ser concedido ao sujeito um espaço para colocar sua demanda, se fazer ouvir: “O que, certamente, pode ser considerado como um recurso que ajudará, seja ao abusado ou àquele que ‘descobre’ o abuso, é que lhe seja dada a oportunidade de que seja escutado em sua urgência subjetiva. Um profissional -médico, psicólogo, conselheiro social, etc.-, que esteja em condições de fazer a escuta da ‘urgência subjetiva’ e avaliar a melhor estratégia a seguir, ajudará muito”. Segundo ela, alguns dos motivos que dificultam a efetuação de uma denúncia ou do



Roberto: é preciso interromper o ato e denunciar rompimento com o silêncio são as motivações emocionais e sociais em jogo, como o medo, a vergonha, a pouca validade conferida à palavra da criança, os ganhos secundários que podem surgir para o abusado, dependendo do caso e, às vezes, o consentimento à situação.

O PAIR EM BELO HORIZONTE

Em Belo Horizonte, o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro PAIR foi implementado e tem sido coordenado pela Amas (Associação Municipal de Assistência Social) em parceria com a Prefeitura Municipal, com o objetivo de integrar políticas setoriais para a construção de uma agenda comum de trabalho, entre Governos, Sociedade Civil e Organismos Internacionais, visando o desenvolvimento de ações de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas da exploração sexual e tráfico para esses fins.

O PAIR, que essencialmente se caracteriza como uma estratégia de articulação e integração de ações no combate a exploração sexual infanto-juvenil, encontrou em Belo Horizonte condições favoráveis à sua implementação graças ao princípio da intersetorialidade que vem pautando, desde 2000, as ações da Prefeitura Municipal. (fonte: www.amas.org.br)

DISQUE DENÚNCIA PÕE ÀS CLARAS SOFRIMENTO DE MILHARES DE CRIANÇAS

Até junho deste ano foram 49 denúncias por dia. Para quem acreditava que abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes era um problema silencioso, as 402.599 ligações recebidas, só este ano, pelo Disque Denúncia Nacional, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), em parceria com a Petrobras e o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças (Cecria), têm mostrado justamente o contrário.

Dados do sistema de denúncias da SEDH revelam que 33,6% das ligações são referentes a abuso e exploração sexual comercial de menores e que do total de 49.624 vítimas, 61% são do sexo femini-

no. Além de acolher denúncias de violência contra crianças e adolescentes, o serviço também recebe denúncias contra tráfico de pessoas, independente da idade da vítima, denúncias de negligência, pornografia e, também, notícias sobre o paradeiro de crianças desaparecidas. Minas Gerais figura como o 17º Estado quanto ao número de denúncias, com um índice de 18,96 reclamações por grupo de 100 mil habitantes.

SERVIÇO:

Para denunciar disque 100 ou 0800-311119

PROGRAMA CRIA AGENDA COMUM PARA ENTIDADES DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTES

Com o objetivo de ajudar as famílias, as vítimas e os agressores em casos de abuso e exploração sexual de menores, o Governo, ONG's, Organismos Internacionais e a sociedade civil estruturaram várias redes de ajuda e proteção social. Como forma de articular esses pontos e tornar o atendimento e o apoio mais efetivo e dinâmico foi criado o PAIR (Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro). O programa visa criar uma agenda comum de trabalho que possa propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes.

27 DE AGOSTO, DIA DA

Em agosto comemora-se o Dia do Psicólogo. Dinamismo, heterogeneidade, multiplicidade e compromisso social. Diversos atributos seriam insuficientes para descrever esse campo do conhecimento e essa área de atuação que, só em Minas Gerais, conta com mais de 20 mil profissionais. Também celebrado como o “Dia da Valorização do Trabalho do Psicólogo”, o 27 de agosto é uma importante data para que os psicólogos repensem e reflitam sobre seu fazer profissional.

Da atuação junto às comunidades, passando pelo atendimento clínico especializado, até a atuação junto ao Poder Judiciário, a Psicologia é uma profissão construída, a cada dia, no fazer diário de seus profissionais.

Para comemorar o nosso dia e adentrar nesse enorme campo de fazeres e saberes que é a ciência da Psicologia, o *Jornal do Psicólogo* apresenta nesta edição três áreas de atuação do profissional: a **Psicologia Jurídica**, a **Psicologia do Trânsito** e os **Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)**.

ROMPENDO LIMITES

A Psicologia Jurídica é o ponto de encontro do conhecimento psicológico com a ciência jurídica. É no entrelace do comportamento humano com as normatizações dos sistemas de Justiça que se constrói esse campo que ainda precisa ser delimitado e demarcado no Brasil. “A prática é que mais nos ensina. Não há uma receita.”, explica Romina Moreira de Magalhães Gomes, psicóloga judicial e vice-coordenadora clínica do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental Infrator (PAI-PJ), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O projeto presta assistência a portadores de sofrimento mental infratores.

Romina acredita que é muito importante o diálogo constante entre os profissionais que atuam no campo. “Junto com os psicólogos trabalham assistentes sociais e jurídicos. Temos sempre muita conversa e tentamos nos articular em grupo e com a rede de saúde”, informa. O PAI-PJ é um serviço pioneiro na cidade de Belo Horizonte e foi criado pela psicanalista, psicóloga judicial e professora universitária Fernanda Otoni de Barros, no ano de 2000. Desde então já passaram pelo programa mais de 840 pacientes.

Na definição de Juan Popolo, citado por Fátima França, psicóloga e presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, no artigo intitulado “Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil”, a Psicologia Jurídica “é o estudo desde a perspectiva psicológica de condutas complexas e significativas em forma atual ou potencial para o jurídico, até os efeitos de sua descrição, análises, compreensão, crítica e eventual atuação sobre elas, em função do jurídico”. No entanto, a psicóloga ressalta que é preciso que a Psicologia Jurídica transcenda as solicitações do mundo jurídico. “A Psicologia deve repensar se é possível responder,

sob o ponto de vista psicológico, a todas as perguntas que lhe são lançadas”, completa.

As linhas de atuação do psicólogo que atua na área jurídica são várias e dentre elas destacam-se a área da mediação, da conciliação, o direito de família, a atuação no sistema prisional, as medidas socioeducativas, a formação e atendimento a juizes e promotores, o trabalho no Ministério Público, nos Juizados da Infância e do Adolescente, nas promotorias e na atuação junto às polícias.

Algumas das atividades realizadas pelos psicólogos judiciários são:

- Relatórios e pareceres;
- Discussão com a rede de saúde e com os operadores do direito;
- Trabalho de escuta e acolhimento das demandas
- Mediação de conflitos;
- Psicoterapia;
- Intervenções em contextos familiares e grupais.

TRANSITANDO POR SUBJETIVIDADES

Mais de 35 mil vítimas por ano não é um número irrisório. A magnitude do problema dos acidentes de trânsito no Brasil revela por si só a importância da atuação do psicólogo especializado em trânsito. Através de métodos científicos especializados, a Psicologia do Trânsito investiga “comportamentos humanos no trânsito e os fatores e processos externos e internos, conscientes e inconscientes que os provocam ou os alteram”, na perspectiva do doutor em Psicologia pela UFMG, Reinier Rozestraten. Assim, os objetos de estudo da Psicologia do Trânsito são os usuários das vias, os comportamentos que corroboraram para a construção de vias e veículos e aqueles indispensáveis à criação das leis e sua fiscalização.

Para Ricardo Moretson, psicólogo especialista em Trânsito, em texto publicado no site do Conselho Federal de Psicologia (CFP) - www.pol.org.br, a Psicologia deixou de ter um papel restrito às avalia-

Gustavo Machala



Romina: é importante o diálogo constante entre os profissionais que atuam na Psicologia Jurídica

VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO

ções psicológicas para habilitação de condutores, passando a compreender também a análise dos planejamentos urbanos, da cidadania, da educação de um povo. "Tal perspectiva implica enxergar-se o psicólogo como um profissional comprometido com o estudo das cidades, seu planejamento urbano, com a saúde pública, com o convívio humano, com a diversidade, com a pluralidade, com as diferenças, com a mobilidade humana", completa Moretson.

Algumas das atribuições do psicólogo do trânsito no Brasil são:

- Proceder estudo no campo dos processos psicológicos, psicossociais e psicofísicos relacionados aos problemas de trânsito;
- Diagnosticar a estrutura dinâmica dos indivíduos e grupos nos aspectos afetivos, cognitivos e comportamentais;
- Colaborar na elaboração e implantação de ações de engenharia e operação de tráfego;
- Estudar os efeitos psicológicos do uso de drogas e outras substâncias químicas na situação de trânsito;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos públicos e privados nas questões relacionadas ao trânsito e transporte;
- Atuar como perito em exames de habilitação, reabilitação ou readaptação profissional.

TRILHANDO O CAMINHO DO SOCIAL

O compromisso social, que vem pautando grande parte das ações da Psicologia, desde a década de 90, tem aberto grandes possibilidades de atuação para os psicólogos. Uma dessas possibilidades são os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS).

Responsável pela oferta de serviços continuados de proteção e assistência social básica às famílias e indivíduos, o Cras promove a articulação e o fortalecimento das redes de proteção social, realizando a escuta e o acolhimento nos espaços de vulnerabilidade social.

Trabalhando no CRAS Palmares, em Ibirité, desde setembro do ano passado, a psicóloga Josimara Vasconcelos Camelo informa que as atividades mais realizadas no Cras Palmares são Palestras Socioeducativas, oficinas e grupos de convivência. No espaço são realizados de oito a 12 encontros por mês, atendendo de crianças a idosos, num total de 10 a 12 pessoas por grupo. "Ainda não é possível atender a toda a população demandante", avalia Josimara.

Os atendimentos no Cras Palmares são feitos sempre em duplas de psicólogos e assistentes sociais. "Tanto psicólogos quanto assistentes sociais fazem o acolhimento, o cadastramento de famílias e a identificação da demanda. O mesmo trabalho que elas

fazem nós fazemos", explica a psicóloga, que completa que ainda não é possível fazer atendimentos individualizados. "Os atendimentos individuais são encaminhados para a Rede", diz.

Os principais desafios do CRAS, atualmente, são o desenvolvimento de programas sociais que permitam o protagonismo das famílias e a elaboração de ações que promovam a integração dos diversos programas e políticas públicas já existentes.

As unidades do CRAS são formadas por equipes multidisciplinares, compostas por assistentes sociais, psicólogos, advogados e sociólogos. Os Centros devem ser instalados o mais próximo possível dos locais de vulnerabilidade social e já existem cerca de 448 unidades implantadas e financiadas com repasse de recursos estadual, municipal e federal.



Gustavo Machala

Moretson: enxergar-se o psicólogo como um profissional comprometido com o estudo das cidades

Nossa história

Em 27 de agosto de 1962, a Lei 4.119 instituiu a profissão de Psicologia no Brasil e, desde então, a data passou a ser utilizada para marcar o **DIA DO PSICÓLOGO** no País.

São quase cinquenta anos, acompanhando as mudanças da sociedade brasileira. A Psicologia vem amadurecendo como ciência e profissão, comprometendo-se socialmente, expandindo suas intervenções, teóricas e/ou práticas, às diversas camadas sociais, no mesmo período histórico em que o mundo do trabalho se transforma, pondo em cena o sujeito e a subjetividade.

Atualmente existem no País cerca de 150 mil profissionais da Psicologia, sendo 20 mil deles em Minas Gerais. A todos os psicólogos brasileiros que, nestas duas últimas décadas, produziram uma Psicologia comprometida com o social, politicamente participante, que escuta todas as camadas sociais e constrói práticas, para os diversos campos da vida humana, apoiadas no acolhimento das diferenças individuais e socio-culturais. – os nossos Parabéns!

**PARABÉNS
PSICÓLOGO!**

ELEIÇÕES 2007

Dia 27 de agosto

*Exerça a democracia.
Sua participação é
muito importante!*

Confira os locais de votação em
nosso site www.crpmsg.org.br

DIA DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DO PSICÓLOGO SERÁ LANÇADO EM MINAS

O Fórum das Entidades da Psicologia lança no próximo dia 24 de agosto, o DIA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DO PSICÓLOGO, no auditório da Universidade Fumec. O encontro reunirá representantes de cada entidade e contará com mesa de debates. Na ocasião serão discutidas questões como o trabalho do psicólogo a partir dos diferentes pontos de vista de cada entidade. Abrapso, ABEP-MG, Corep, CRP-MG, Fenapsi e Psind-MG terão direito a 15 minutos de explanação. Veja, na opinião das entidades, os principais pontos de discussão:

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS:

Os profissionais da Psicologia atuam em diversos campos enquanto promotores da autonomia dos sujeitos e da cidadania emancipada destes. No entanto, quando se trata da sua própria autonomia, da sua cidadania, estes profissionais ainda se encontram muito distantes de uma situação emancipada.

PSIND-MG:

O Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais tem se empenhado nos dois últimos anos por uma política de empregabilidade universal integral. Neste sentido, tem lutado por um piso salarial, jornada de trabalho e para colocar em lei uma legislação que garanta aos trabalhadores psicólogos seu exercício profissional.

FENAPSI:

A precarização nas relações e nas condições de trabalho do psicólogo, por falta de ações políticas de suas entidades neste campo, produzem profundas implicações éticas, no compromisso social e na qualidade dos serviços prestados à população.

COREP:

É crescente a preocupação com as relações de trabalho e a formação dos novos profissionais de Psicologia, uma vez que temos mais de 350 cursos no Brasil e muitos continuam a formar o profissional distante da realidade social. Essa discussão deve acontecer nas salas de aula, provocando uma reflexão acerca da empregabilidade e da formação desses futuros profissionais.

ABEP-MG:

A ABEP-MG enseja cooperar com o desenvolvimento do ensino da Psicologia, articulando dados sobre o mercado de trabalho, coligindo outras informações necessárias à qualificação dos cursos de formação em Psicologia, em prol de uma prática comprometida com o social, com o exercício da cidadania e com a ética.

A Universidade Fumec está situada à Rua Cobre, 200, Bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte.



JOSÉ TIAGO DOS REIS FILHO

O Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais lamenta profundamente o falecimento do professor José Tiago dos Reis Filho, doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP e se compadece em solidariedade aos familiares e amigos desse grande profissional.

NÚMERO DE CLÍNICAS CREDENCIADAS PODE AUMENTAR

A regulamentação do credenciamento de clínicas médicas e psicológicas para atuação junto ao Detran-MG (Departamento de Trânsito de Minas Gerais), feita pelo Decreto Estadual nº 44.546, deve aumentar em mais de seis vezes o número de estabelecimentos no Estado.

O Decreto, publicado no dia 21 de junho de 2007, regula e especifica os requisitos mínimos para a atuação das clínicas médica e psicológica nas localidades atendidas por bancas examinadoras do Detran-MG. As clínicas em atuação hoje em dia foram regularizadas por meio de licitação no período anterior à Constituição de 1988 e monopolizam o mercado. Com a nova lei a expectativa é de que novas clínicas se interessem pelo negócio.

O Decreto reafirma a necessidade de que as clínicas estejam devidamente credenciadas junto aos órgãos reguladores de classe e frisa que os profissionais e técnicos responsáveis devem seguir, rigorosamente, a legislação em vigor pertinente à sua categoria profissional e as resoluções emanadas do respectivo

Conselho de Profissão.

Quanto aos requisitos mínimos para a atuação das clínicas, os profissionais da Equipe Técnica do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), responsáveis pela orientação e fiscalização dos profissionais psicólogos, consideraram que o Decreto foi eficiente e elogiam a exigência de que todas as clínicas psicológicas possuam pelo menos um exemplar do Código de Ética do Psicólogo.

As clínicas que pleitearem trabalhar junto ao Detran-MG deverão ser exclusivas, não podendo atuar em nenhuma outra atividade nem estarem instaladas em hospitais ou ambulatorios. A atuação por meio de filiais também não é permitida.

As clínicas são responsáveis pela realização de exames de aptidão física, mental e de avaliação psicológica em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e à adição e troca de categoria.

CREPOP, UM ANO DE PRÁTICAS

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) é hoje uma realidade no Sistema Conselhos, contando inclusive com seu próprio portal, o <http://crepop.pol.org.br>, no qual todos os estudos e resultados de pesquisas encontram-se à disposição dos profissionais da Psicologia. Em Minas Gerais foram vários os projetos executados:

1 - Georreferenciamento das políticas públicas – pesquisa de levantamento sobre as políticas em execução em 23 cidades mineiras (aquelas com mais de 100 mil habitantes);

2 - Georreferenciamento da presença dos psicólogos nas políticas públicas – mapeamento da inserção da Psicologia no meio público;

3 - Pesquisa das práticas dos psicólogos nas políticas públicas;

4 - Pesquisa sobre o psicólogo deficiente;

5 - Prêmio “Experiências Exitosas em Psicologia e Políticas Públicas”.

Os grupos focais, realizados no projeto pesquisa da prática dos psicólogos, têm identificado como é o dia-a-dia dos profissionais. Os encontros tiveram a presença de psicólogos das dez regiões de Minas, ocasionando um momento de troca de experiências daqueles que trabalham nas mesmas áreas. Até agora, já foram abordados os seguintes temas:

a) Medidas Sócioeducativas – Unidades de Interna-

ção de Adolescentes em Conflito com a Lei;

b) Programa de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Sentinela);

c) Varas de Família;

d) Programa de Atenção aos Portadores de DST/AIDS;

e) Programa de Saúde Mental – CAPS;

f) Sistema Prisional.

A pesquisa com psicólogos deficientes se estenderá por mais seis meses, devido à pequena amostra de respondentes. Por outro lado, mesmo com os resultados pouco abrangentes, pôde-se perceber a necessidade de investimento em materiais informativos em *Braille*, além de incentivar as instituições formadoras na produção de softwares para deficientes e na adequação arquitetônica de suas instalações.

A partir deste levantamento e do diálogo com a própria categoria, o CRP tem procurado constituir um corpo de conhecimentos e troca de informações entre os profissionais, para incidir numa melhoria de suas condições de trabalho e dos serviços prestados à população.

O psicólogo mineiro conta com um espaço dentro do CRP-MG para buscar referências para sua prática. Com esta iniciativa, o Sistema Conselhos vem cumprindo com seu papel de compromisso social, consolidando uma Psicologia menos elitista e cada vez mais social e comunitária.

ÉTICA

ESPAÇO ABERTO PARA UMA
PROFISSÃO DIGNA E RESPONSÁVEL!

Dando continuidade à nossa coluna iremos tratar, nesta e nas próximas edições, das Avaliações Psicológicas. A Comissão de Ética tem encontrado diversos problemas relacionados à produção de documentos psicológicos decorrentes de avaliações psicológicas e em especial os documentos elaborados com finalidades judiciais. Muitos desses casos têm levado a processos éticos.

A Resolução nº 07/2003 institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos Produzidos por Psicólogos, especificamente tratando dos documentos produzidos para avaliações psicológicas. São quatro os documentos relacionados com a avaliação psicológica: a declaração, o atestado psicológico, o relatório ou laudo psicológico e o parecer psicológico. Nas nossas próximas edições, falaremos de cada uma dessas modalidades. Nessa coluna, abordaremos os princípios norteadores da elaboração desses documentos.

O primeiro é o princípio técnico da linguagem escrita. Todo documento psicológico deve ter como orientação a linguagem formal. Um documento psicológico tem que fazer uso da língua culta padrão, visando sempre uma linguagem clara e concisa, sem prescindir dos termos próprios da Psicologia, pois o conteúdo técnico é essencial. É preciso, também, que o texto seja harmônico, apresentando sempre uma coerência interna, evitando as contradições.

O segundo princípio é a observação das orientações éticas do Código de Ética profissional. Devem ser respeitados os direitos humanos, observado o compromisso social e só podem ser utilizadas aquelas técnicas e testes que sejam reconhecidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia. A lista de técnicas e testes pode ser encontrada no site do Conselho Federal de Psicologia - www.pol.org.br.

Outro ponto que precisa ser observado com cuidado são as condições de armazenamento dos documentos, pois são de caráter sigiloso e devem ser mantidos em arquivo por um prazo mínimo de cinco anos, sendo de responsabilidade do psicólogo sua manutenção. Caso o psicólogo trabalhe em uma instituição, é responsabilidade dessa zelar pelos documentos e mantê-los em sigilo, através do psicólogo que exerça a função de referência técnica do serviço.

Em caso de dúvidas ou sugestões para a coluna, entrem em contato conosco pelo e-mail colunaetica@crp04.org.br.

ACONTECEU



Seminário discute questões como o fim do homofobismo, racismo e machismo, tema geral do evento

10ª PARADA GLBT DE BH ENFRENTA PROBLEMAS, MAS OCUPA CENTRO DA CAPITAL

Por muito pouco não ficou engasgado o grito por respeito e igualdade de direitos da comunidade GLBT de Minas Gerais. Exigências de última hora feitas pelo Corpo de Bombeiros do Estado (CBM-MG), com base na Lei 14.130/2001, colocaram sob tensão, durante quase toda a tarde do domingo, dia 22, os organizadores da 10ª Parada do Orgulho GLBT de Belô, que este ano teve como tema "Por um mundo sem machismo, racismo e homofobia".

Apesar do impasse e três horas de atraso, negociações entre os organizadores e a direção do CBM-MG, permitiram que, no início da noite de domingo, saíssem pela avenida Afonso Pena, centro da capital mineira, cerca de 50 mil pessoas acompanhadas por trios elétricos. Nem o cansaço tirou a alegria e irreverência daqueles que esperaram por horas o início desse ato político popular que vem conquistando o público GLBT da capital mineira.

As exigências do CBM-MG eram de quatro ambulâncias, com médicos e enfermeiros, e 100 brigadistas (profissionais especializados, capazes de prestar primeiros socorros), que de acordo com o tenente-coronel Hilário, representante do CBM-MG, devem ser da razão de 01 brigadista para 500 pesso-

as, em qualquer evento do Estado. Os organizadores alegaram que a necessidade de readequação do Plano de Segurança só foi informada pelo CBM-MG às 18h da sexta-feira, o que inviabilizava as alterações do projeto para o evento.

O embate entre organizadores - apoiados por vereadores e integrantes da Prefeitura de Belo Horizonte - e a cúpula do CBM-MG estendeu-se por toda a tarde, sendo encerrado, em um quase início de tumulto, com a saída dos trios pela avenida Afonso Pena. A multidão estava concentrada desde as onze horas no cruzamento da ruas São Paulo e Carijós, onde se apresentaram bandas e transformistas acompanhados de muita alegria, cerveja, beijos e manifestações políticas e sociais.

A 10ª Parada do Orgulho GLBT de Belô e também de Uberlândia, teve o apoio do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais. O CRP-MG recebeu o prêmio "Amigos do Movimento GLBT" na semana que antecedeu o evento popular. A iniciativa é do Grupo Cellos (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual, Associação Lésbica de Minas (ALEM), a Associação dos Travestis de Belo Horizonte (Asstrave) e diversas ONG's e grupos da sociedade civil organizada.

SEMINÁRIO DISCUTE TEMA DA 10ª PARADA GLBT

"É preciso não só discutir a sexualidade. Temos que combater o racismo, o machismo e a homofobia". Nas palavras de Carlos Magno, presidente do Grupo Cellos e coordenador do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania GLBT de BH, esse é o tema da semana GLBT da Capital. O combate a toda forma de discriminação foi, o percurso do seminário "Olhares e fazeres: por um mundo sem racismo, machismo e homofobia", realizado no auditório do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, no dia 18 de julho. O evento foi transmitido ao vivo pelo site do CRP.

O seminário contou com duas mesas das quais participaram, além de Carlos Magno, Suely Martins, psicóloga e diretora executiva da Associação Lésbica de Minas (ALEM); Frederico Viana Machado, psicólogo do Centro de Referência GLBT da Prefeitura de BH; José Tiago dos Reis Filho, doutor em Psicologia Clínica PUC-SP; Walter Mariano de Faria Neto, conselheiro vice-presidente do CRP-MG e Marlise Matos, coordenadora nacional da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas.

Com mais de oitenta pessoas no auditório e a participação de vários integrantes de associações GLBT da capital e do interior de Minas, o evento trouxe contribuições ao discutir a história do movimento, as dificuldades enfrentadas na luta pelo reconhecimento, a construção das associações em BH e a necessidade de se combater o preconceito a partir também, do racismo, homofobia, questões de gênero, dentre outros.

LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

O grande desafio do movimento GLBT no Brasil é a aprovação do Projeto de Lei Complementar 122/06, que criminaliza a homofobia. O projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas vem enfrentando oposição da bancada religiosa no Congresso Nacional, que continua priorizando questões de religião frente à oposição expressa da Constituição a qualquer tipo de discriminação.

"Nós só queremos respeito, viver com dignidade. Nós queremos ser aceitos pela sociedade, assim como a união entre um homem e uma mulher é aceita como família. Queremos ser aceitos como família; queremos os mesmos direitos sociais e benefícios legais e, finalmente, não queremos ser tão discriminados no trabalho, no dia-a-dia, na sociedade", desabafa a advogada Ana Cristina, durante a 10ª Parada.

O empenho em fazer da luta GLBT um movimento mais amplo, que incluía também a discriminação racial como uma de suas bandeiras, foi um dos pontos muito discutidos durante a semana GLBT, culminando com a presença de vários representantes do movimento negro de Belo Horizonte no domingo, em apoio à Parada.

POLÍTICAS SOCIAIS É TEMA DE ENCONTRO

Evento em Montes Claros discutiu a construção de referências para o psicólogo no ambiente multiprofissional dos CRAS

Psicólogos, assistentes sociais e estudantes de Psicologia reuniram-se em Montes Claros, no dia 28 de junho, para debater os novos olhares sobre o trabalho com famílias promovido nos **Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)**. A atividade, tem sido uma nova área de atuação para o psicólogo mineiro. Cerca de 80 participantes assistiram à apresentação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, na abertura dos trabalhos do seminário **Psicologia, Políticas Sociais e Família**, promovido pelo Escritório Setorial Norte do CRP-MG e apoiado pela Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Montes Claros.

Durante as discussões, foi debatido a importância do trabalho do psicólogo com os vínculos: *escuta, mobilização e protagonismo das famílias*. Esses são utilizados com o objetivo de trabalhar a auto-estima, a construção da identidade e as formas de viver o mundo e organizar o cotidiano desses grupos. Neste trabalho, é preciso a presença da Psicologia, mas não exclusivamente da figura do psicólogo. Trata-se de um campo transdisciplinar, no qual o objetivo é o empoderamento das famílias, o comunicar-se. Uma vez identificado o foco da vulnerabilidade. Algumas das



Aparecida Rosângela

Atuação nos CRAS: presença do psicólogo mineiro precisa ser debatida amplamente pela categoria

sugestões de intervenção são as oficinas de reflexão e as rodas de conversa.

A programação contou também com a participação das equipes dos CRAS de Montes Claros e de psicólogos atuantes nos centros da Região do Norte de Minas. A palestrante convidada foi a professora titular aposentada da UFMG e docente visitante da Universidade

Federal de São João Del Rei, doutora Maria Lúcia Afonso. Além disso, ela foi a responsável pela mediação dos grupos de conversação. "A atuação dos psicólogos nos CRAS vem aumentando muito e o evento mostrou como ainda precisamos debater os fazeres desses profissionais para fortalecer o trabalho", apontou a conselheira responsável do CRP em Montes Claros, Aparecida Rosângela.

MÍDIA E SUBJETIVIDADE

Seminário aborda papel da Psicologia nas discussões sobre a comunicação brasileira

Realizado nos dias 28 e 30 de junho, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o intuito de aprofundar o intercâmbio entre a Psicologia e a Comunicação, o seminário **"Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade"**, abordou a estreita relação entre sujeito e mídia, apontando o papel dos meios de comunicação de massa na produção da subjetividade. O evento foi promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em parceria com o CRP Rio.

"Hoje não é mais possível ignorar o poder, a influência e a presença da mídia nas nossas vidas e isso significa que os psicólogos devem estar atentos à leitura psicológica e à leitura da dimensão subjetiva da relação do sujeito com essa tecnologia, com essa possibilidade da comunicação via mídias", explica a presidente do CFP, Ana Bock, que coordenou a mesa **"Educação para a mídia: Leitura crítica"**. Essa possibilidade da Psicologia para ampliar a discussão sobre mídia no Brasil esteve presente nos diversos eixos

do evento, que abordou temas como tecnologia, cidadania e alienação, violência, publicidade, ética e racismo.

Para Joel Rufino, historiador e especialista em Comunicação e Cultura, as universidades têm contribuído muito no combate ao racismo e exemplo disso é a comprovação científica de que não existem raças. Ele afirmou que o racismo é uma criação da civilização moderna capitalista, tendo se desenvolvido junto com ela. Capitalismo e racismo seriam, portanto, inseparáveis.

PROGRAMAS DE TV

A classificação indicativa de programas de televisão foi também um dos pontos debatidos no seminário. A mesa **"Mídia e Produção de Subjetividade: Questões da Infância e Adolescência"**, que teve participação de Guilherme Canela, coordenador de relações acadêmicas da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), teve um grande apoio dos participantes, já que boa

parte dos profissionais da Psicologia trabalha diariamente o tema. Canela reforçou que a classificação indicativa não é censura, pois os programas de Tv podem ir ao ar independentemente da classificação. Alguns palestrantes criticaram muito a criação publicitária direcionada ao público infantil.

Na tentativa de criar uma rede de psicólogos que possam trabalhar a questão da mídia e discutir outras temáticas, como a democratização dos meios de comunicação, foi lançado, após o seminário, o manifesto intitulado **"Carta do Rio de Janeiro"**. A intenção é estimular a prática, a pesquisa e também estabelecer um debate mais aprofundado sobre temas essenciais que envolvem a Psicologia e a Mídia.

Os debates contaram com a participação de jornalistas, publicitários e formadores de opinião, sempre acompanhados por psicólogos de conceituada produção que envolveram toda a temática do evento.

FATOS E PERSONAGENS DA LUTA ANTIMANICOMIAL

UM CRIME AINDA NÃO ESCLARECIDO

Arquivo pessoal

Após sete anos, morte de portador de sofrimento mental em Juiz de Fora continua sem responsáveis

Wanderlei Sobrinho Alves de Oliveira, 53, estava amarrado à cama do Hospital Regional João Penido, Rede SUS, em Juiz de Fora. Estava nu e sem acompanhamento médico ou de enfermeiros. Portador de sofrimento mental e em tratamento para problemas pulmonares, teve 90% do corpo queimado por volta das 22h do dia 22 de setembro de 2000. *Causa Mortis*: distúrbio hidroeletrólítico grave. A família não foi avisada e o quarto onde se encontrava foi alterado sem a vistoria da polícia, que só foi acionada 12 horas depois do fato. “É atordoante. Filme de terror mesmo”, desabafa Maria Meuri, enfermeira, irmã de Wanderlei, que descreve com detalhes o que poderia ter acontecido na noite da morte de seu irmão.



Wanderlei e outra de suas irmãs: vítima dos maus tratos e agora toda a sua família clama por justiça

Maria Meuri está há sete anos buscando justiça. “Já denunciei para todos”, afirma. No entanto, o caso já correu até risco de arquivamento por falta de provas. Onde estão as provas? “Depois do crime, lavaram o quarto, tiraram a cama do lugar e escreveram na parede”, responde Maria. E tudo isso sem chamar a polícia ou comunicar à família da vítima.

O inquérito policial, que levou seis anos para ficar pronto, é inconclusivo. “O inquérito dá indícios de que Wanderlei estivesse dopado e semiconsciente ao leito”, clarifica o promotor público Carlos Ari Brasil, responsável pela ação penal pública que terá como primeiro passo um interrogatório com os 15 acusados, entre eles seis médicos e nove funcionários do Hospital, que será realizado em outubro deste ano. Para o promotor, a demora no inquérito policial deve-se às dificuldades de apuração do caso e também ao cuidado de se fazer um trabalho de apuração exaustivo. “Corremos atrás de todos os aspectos”, afirma Carlos.

Wanderlei encontrava-se há 37 dias no Hospital João Penido e segundo Maria estava sendo maltratado. “Ele ficava sujo, sem comida, o médico não o visitava e era eu quem cuidava dele. Nunca tinha visto sofrimento assim em hospital”, relata a enfermeira, que estava impossibilitada de retirar o irmão do hospital, apesar dos maus tratos, pois era o único da Rede SUS que podia tratar de tuberculose.

No âmbito dos conselhos profissionais só o auxiliar de enfermagem, responsável pela ala de

Wanderlei, foi punido. Sua punição foi de apenas cinco dias de suspensão, decretada pelo Conselho Federal de Enfermagem. O Conselho de Medicina não puniu ninguém.

A ação civil de reparação de danos contra a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), ingressada por Maria Meuri em Belo Horizonte, lhe foi favorável, dando-lhe direito a quarenta mil reais como indenização. Entretanto, Maria está na fila dos precatórios e não sabe quando receberá o dinheiro. No Brasil, algumas pessoas chegam a ficar mais de 20 anos à espera do pagamento das dívidas do governo. Outras morrem antes de receber.

“Fiz uma pressão muito grande. Tudo sozinha”, adiciona Maria, que após esses sete anos continua combativa pelos direitos do irmão. “Se fosse hoje eu saberia a quem procurar”, completa, enfatizando a ajuda que tem lhe dado o Conselho Regional de Psicologia, através de sua Comissão de Direitos Humanos.

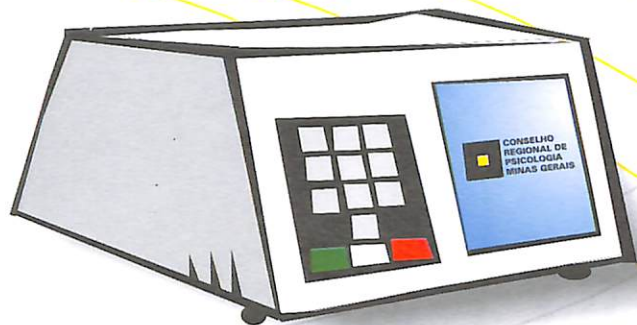
Enquanto se aguarda a definição da justiça, ecoam os versos de Castro Alves:

“Existe um povo que a bandeira empresta Pra cobrir tanta infâmia e cobardia!...”

O Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, juntamente com parceiros na Luta Antimanicomial, promoverá uma articulação, nos dias 3 e 4 de outubro, na cidade de Juiz de Fora, para manifestar apoio a Maria Meuri e sobretudo para reivindicar justiça. O CRP-MG convoca todos os psicólogos da região a participar dessa manifestação em prol dos direitos humanos.

Mala Direta Postal
 9912176832/2007-ECT-DR/MG
 Conselho Regional de Psicologia
 Minas Gerais - CRP/MG
 /// CORREIOS ///





ELEIÇÕES 2007

Edição Especial do Jornal do Psicólogo

Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais CRP-MG

Ano 24 Nº 88 Agosto - Outubro 2007

PROCESSO ELEITORAL CRP-MG 2007

A Comissão Eleitoral do CRP-MG, no uso de suas atribuições legais – em cumprimento ao que consta na resolução 002/2000 do CFP, que regulamenta o Regimento Eleitoral para a escolha de conselheiros Federais e Regionais dos Conselhos de Psicologia – vem tornar públicas as informações sobre as Eleições 2007 deste Conselho e do Federal.

Existe apenas uma chapa concorrente ao CRP-MG: **Chapa 11 – Cuidar da Profissão** – Componentes Efetivos e Suplentes, e para o CFP, duas

chapas concorrem, sendo elas **Chapa 21 – Para Cuidar da Profissão** – Membros Efetivos e Suplentes e **Chapa 22 – Consolidação** – Membros Efetivos e Suplentes.

O voto é obrigatório, pessoal e intransferível. Não há possibilidade de voto por procuração. Os eleitores deverão se encaminhar para os locais de votação indicados ao lado. As chapas se apresentarão em 02 dígitos diferentes de zero.

ELEIÇÕES CFP E CRP-MG 2007

DATA: 27 DE AGOSTO HORÁRIO: 8H ÀS 17H

VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

Serão válidos os votos por correspondência para as cidades onde não será possível a instalação de urnas eletrônicas. Os psicólogos deverão enviar a correspondência com o voto para a sede em Belo Horizonte, através dos Correios.

Para isso, cada psicólogo receberá uma correspondência, contendo CARTA-RESPOSTA, 02 cédulas constatando a chapa candidata ao CRP-MG e as chapas do CFP. A cédula eleitoral com a **COR BRANCA** corresponde à chapa candidata ao CRP-MG e, a cédula na **COR AZUL**, corresponde às chapas candidatas ao CFP. Os eleitores aptos ao voto por correspondência são aqueles que estiverem em dia ou em negociação com o Conselho.

PROCEDIMENTOS PARA VOTAR POR CORRESPONDÊNCIA

O eleitor, de posse do material enviado pelos Correios deverá:

- marcar nas cédulas os seus votos;
- introduzir as cédulas no envelope em branco e o vedará com cola;

- preencher a PAPELETA DE IDENTIFICAÇÃO com letra legível, assinando-a;
- colocará o conjunto (envelope e papeleta), dentro do envelope CARTA-RESPOSTA e postará na agência dos Correios.

Os votos serão acumulados em caixa postal, sendo transferidos para uma urna de lona numerada, até que fique repleta e seja trocada por outra. Esta será lacrada em presença do fiscal da única chapa e do membro da Comissão Eleitoral, responsável pelo transporte até um local seguro, onde ficará guardada até o momento da apuração.

Todos os votos serão apurados numa mesa especial a ser instalada na sede do CRP-MG, em presença do presidente, dos membros da Comissão Eleitoral 2007 e do fiscal da chapa.

PROCEDIMENTOS PARA GUARDAR OS VOTOS POR CORRESPONDÊNCIA

O envelope contendo o voto será depositado na urna, ainda lacrado, para ser aberto no dia apuração. O voto remetido pelos Correios só será computado se chegar à mesa Eleitoral Especial até o encerramento da apuração e se o psicólogo estiver em dia com suas obrigações junto ao Conselho, segundo artigo 24 da Resolução 002/2000.

VOTO PRESENCIAL

Os psicólogos que deverão comparecer para votar serão aqueles que residem em Belo Horizonte, Contagem ou nas cidades que possuem escritórios regionais e onde estarão instaladas as urnas eletrônicas: Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre e Uberlândia. Todos os outros eleitores votarão por correspondência e deverão estar em dia ou em negociação com a tesouraria do CRP-MG, portanto, em pleno gozo de seus direitos.

É de nossa inteira responsabilidade a organização e a determinação de controle do processo de votação, conforme Resolução do Conselho Federal de Psicologia 002/2000 que regulamenta o Regimento Eleitoral. Esta Comissão será extinta ao final do processo eleitoral 2007.

LOCAIS DE VOTAÇÃO PRESENCIAL

BELO HORIZONTE:

Minascentro
Rua Guajajaras, 1022 Centro
(próximo ao Mercado Central)

GOVERNADOR VALDARES:

Escritório Setorial
Rua Ana Neri, 145 - Centro

JUIZ DE FORA:

Escritório Setorial
Av. Barão do Rio Branco, 2001
sala 1505

MONTES CLAROS:

Escritório Setorial
Av. Deputado Esteves Rodrigues, 616
sala 702 – Centro

POUSO ALEGRE:

Escritório Setorial
Rua Comendador José Garcia, 27
sala 904

UBERLÂNDIA:

Escritório Setorial
Rua Floriano Peixoto, 615 sala 302

COMISSÃO ELEITORAL:

Mauro Nogueira Abrahão - Presidente
Adriana Carvalho
Valmir Braz da Silva

Andréa Corrêa Barbosa
Kátia Carla Lacerda Campos Malacco
Rodrigo Silva Franco
DIAGRAMAÇÃO: Publicidade Comunicação & Propaganda



Nossa História

O **Movimento Cuidar da Profissão**, constituído em 1996, produziu uma verdadeira ruptura nos rumos da Psicologia no Brasil. A partir da mobilização da categoria por meio de Congressos Regionais (Coreps) e Nacionais (CNP) realizados de três em três anos, o Movimento possibilitou aos psicólogos participarem da organização dos Conselhos de Psicologia.

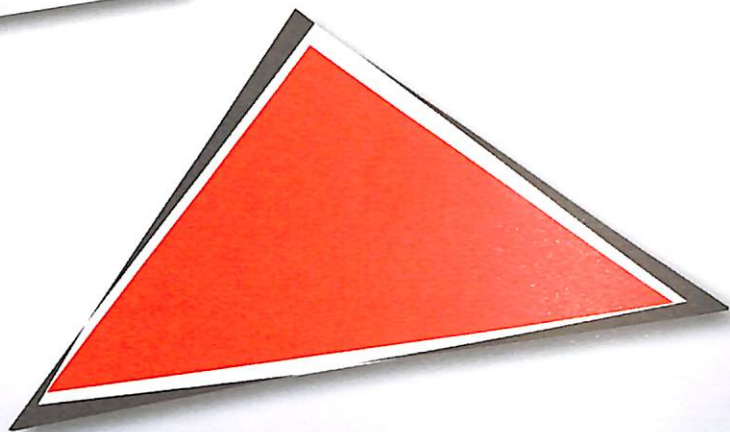
A produção de propostas organizadas (teses), elaboradas durante os Congressos, passou a redirecionar as ações dos Conselhos para que os mesmos se tornassem instituições voltadas aos

interesses da profissão e não para interesses corporativistas.

O **Movimento Cuidar da Profissão** propiciou uma mudança de paradigmas da Psicologia no sentido de produzir ciência e profissão com compromisso social, incentivando a constituição de saberes e práticas que levem em conta as necessidades e a cultura do povo brasileiro. Além disso, houve um redirecionamento na gestão das entidades da Psicologia, especialmente nos Conselhos, no que se refere também ao zelo e austeridade no trato com a gestão administrativa e financeira.



Em Minas Gerais



Em Minas Gerais o **Movimento Cuidar da Profissão** foi denominado **Movimento Cuidar Minas**. Dentre as ações de relevância do **Movimento Cuidar Minas**, na última gestão do CRP-MG, destacam-se:

- A reorganização administrativa de forma a possibilitar maior proximidade, agilidade e qualidade no atendimento aos psicólogos. Como consequência, foram criados dois novos escritórios setoriais (Leste e Norte), realizado concurso público (para provimento de funcionários), criado o Centro de Documentação e Informação (CDI), etc.;

- Realização de importantes ações políticas para garantia

dos Direitos Humanos, tais como o apoio às políticas públicas e movimentos sociais promotores de saúde, cidadania e inserção social;

- A realização de ações para o fortalecimento da profissão, tais como a criação do Fórum Mineiro de Entidades da Psicologia, implementação do Centro de Referências em Políticas Públicas - CREPOP.

Visando dar continuidade a esta trajetória, trazemos à consideração dos Psicólogos de Minas Gerais, a nossa **CARTA PROGRAMA**. Queremos com esta proposta contribuir com a construção de uma Psicologia efetivamente brasileira, democrática e transparente!

Nossas propostas:

- **AMPLIAR** o reconhecimento social da profissão, fortalecendo a inserção do psicólogo no mercado de trabalho e a sua **EMPREGABILIDADE UNIVERSAL INTEGRAL**.

- **AMPLIAR** e aprofundar a articulação do Sistema Conselhos de Psicologia com as políticas públicas, nos campos:

- Saúde Pública, Saúde Mental, Atenção Básica, Serviços de urgência
- Políticas correlacionadas com o uso de álcool e outras drogas
- Reforma Psiquiátrica
- Educação
- Trabalho
- Idoso, Criança e Adolescente
- Direitos Humanos

- **FORTALECER** e ampliar o trabalho de pesquisa sobre a presença dos psicólogos nas políticas públicas nacionais, por meio das ações do Centro de Referência em Políticas Públicas (CREPOP), com vistas à qualificação das intervenções da Psicologia nos setores públicos, discutindo e fomentando novas a possibilidade de inserção dos psicólogos.

- **QUALIFICAR** os debates e articular propostas para as novas áreas de atuação dos psicólogos tais como:

- Assistência social
- Mídia e cidadania
- Mobilidade humana
- Meio ambiente
- População com trajetória de rua
- Criminalidade e violência
- Emergências e desastres

- **AVANÇAR** no processo de interiorização e regionalização das ações do CRP-MG, por meio do fortalecimento dos setoriais, como estratégia de aproximação com a categoria de forma a identificar as demandas e incentivar a participação dos psicólogos das diversas regiões do Estado.

- **FORMULAÇÃO** das ações políticas do CRPMG de modo unificado.

- **PRODUZIR** espaços no CRP-MG para troca de experiências profissionais fortalecendo o conhecimento e ampliando o saber da atuação profissional em campos ainda desconhecidos para a Psicologia; bem como a criação de espaços para acolher os profissionais para discussão de estratégias de fortalecimento da profissão.

- **REALIZAR** assembleias da categoria, objetivando agregar estratégias de mobilização e participação dos profissionais em debates sobre temas de interesse coletivo.

- **FOMENTAR** e ampliar a política de comunicação do CRP-MG, de forma a estreitar os laços entre a Autarquia (CRP) e a categoria, utilizando as mídias convencionais (jornais, revistas e boletins), assim como utilizar as novas tecnologias disponíveis. Ampliar a comunicação junto à população, dando maior visibilidade para as ações, propostas e intervenções que a Psicologia pode oferecer às diversas questões referentes à agenda social.

- **FORTALECER** o Fórum das Entidades da Psicologia reunindo representações de associações, sociedades, institutos e afins presentes em Minas Gerais.

- **PAUTAR**, encaminhar e efetivar, junto ao Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, a discussão acerca da precariedade do vínculo de emprego do psicólogo e suas repercussões para o campo da ética, do compromisso social da profissão e para a qualidade dos serviços prestados.

- **FORTALECER** a ABEP-MG (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) e incentivar a criação de núcleos regionais da mesma; visando:

- Estabelecer política de aproximação com os estudantes de Psicologia;
- Manter espaço de diálogo com as agências formadoras;
- Fortalecer a necessidade de gestões que tornem mais rigorosas as avaliações para credenciamento de novos cursos de Psicologia, inclusive junto ao Conselho Estadual de Educação – CEE;
- Fomentar o conhecimento do Código de Ética do Psicólogo, dos campos de atuação profissional e das Políticas Públicas, através das inserções nos espaços universitários, objetivando uma política de transparência e formação continuada.

- **POSSIBILITAR** a realização de eventos do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais contemplando áreas diversificadas, bem como promover maior acesso dos psicólogos aos mesmos.

- **MANTER** as comissões temáticas (áreas

de atuação da Psicologia) existentes, bem como criar novas comissões no CRP-MG, abrindo espaços de discussões democráticas para formulação de propostas de políticas e ações para os diversos setores.

- **CRIAR** Referências Técnicas profissionais para que as mesmas possam contribuir na formulação de documentos e instrumentos que subsidiem as ações de Orientação e Fiscalização do CRP-MG.

- **DESENVOLVER** estratégias que estimulem a participação dos psicólogos em espaços coletivos de debate, com o objetivo de estabelecer novos pontos de conexão entre teorias e práticas no campo das psicoterapias.

- **ARTICULAR** com movimentos que defendem nacionalmente a democratização no trânsito, objetivando a participação e a representação da sociedade civil organizada na formulação das políticas públicas e envidar esforços para que seja efetivado o controle social sobre essa área.

- **FOMENTAR** discussões sobre a mobilidade humana, visando possibilitar a intervenção da Psicologia sobre os planos diretores, o traçado das cidades, a acessibilidade e deslocamento.

- **FORTALECER** o trabalho dos psicólogos na Saúde Pública em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública.

- **INCENTIVAR** a organização dos psicólogos que atuam nos diversos âmbitos dos Conselhos de Controle Social (Saúde, Infância e Adolescência, etc.).

- **FORTALECER** e participar dos movimentos pela democratização da comunicação em Minas Gerais, tais como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania". Lutar pela criação do Conselho Estadual e de Conselhos Municipais de Comunicação Social, com a participação efetiva da sociedade civil.

Acesse: www.cuidardaprofissao.org

Quem somos:

• **ROGÉRIO DE OLIVEIRA SILVA - CRP04 /14.209**
Psicólogo na área da Saúde e Mobilidade Humana, coordenador técnico da Circular Núcleo de Referência para o Trânsito, conselheiro-presidente da Comissão de Mobilidade e Trânsito do CRP-MG.

• **JOÃO CARLOS VALE - CRP04 /9.822**
Especialista em Psicologia Clínica, Profissional do Serviço de Saúde Mental da Prefeitura Municipal de Betim, militante junto às instâncias de Controle Social do SUS e conselheiro do CRP-MG.

• **ISABELA TANNUS GRAMA - CRP04 /13.729**
Especialista em Psicologia Clínica, Psicossomática e Esquizoanálise. Profissional do Serviço de Saúde Mental da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

• **DINACARLA GONZAGA - CRP04 /22.081**
Profissional do Serviço de Saúde Mental/Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Santa.

• **ELAINE ZANOLLA - CRP04 /5.761**
Psicóloga, psicanalista, especialista em Psicologia Hospitalar e Psicologia Clínica, pós-graduada em Psicologia Hospitalar e Neuropsicologia, coordenadora da Clínica de Psicologia do Hospital Militar e conselheira do CRP-MG.

• **GEORGINA VERAS MOTTA - CRP04 /1.868**
Pós-graduada em Saúde Mental e Trabalho, especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Profissional da Psicologia do Trabalho na Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte, presidente da Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho do CRP-MG.

• **ANSELMO DUARTE - CRP04 /3.290**
Psicólogo da área de Saúde e conselheiro do CRP-MG.

• **ALEXANDRE ROCHA - CRP04 /13.896**
Psicólogo, especialista em Administração Pública. Profissional com atuação em Gestão de Políticas Sociais.

• **ADÍLSON COELHO - CRP04 /3.131**
Especialista em Psicologia Geral, Psicologia Clínica e Saúde Pública, mestre em Filosofia, professor, supervisor, pesquisador e coordenador do curso de Psicologia da Univale e Membro do Comitê de Ética da Univale.

• **WALKYRIA SALES - CRP04 /11.793**
Psicóloga, especialista em Psicanálise, Interdisciplinaridade e Psicologia Clínica. Profissional com atuação na área de Clínica Social. Gerente Regional do Banco Social de Serviços em Psicologia; militante e membro da Comissão de Direitos Humanos e de Psicologia do Trabalho e Organizacional do CRP-MG.

• **REJANE SILVEIRA MENDES - CRP04 /5.486**
Psicóloga, mestre em Psicologia e Psicanálise, espe-

cialista em Filosofia, Saúde Mental, Psicologia Hospitalar e Ativação de mudanças em profissionais de saúde. Profissional da Fundação Hemominas (Juiz de Fora) e supervisora de estágio do CES e UFJF.

• **TÚLIO PICININI TEIXEIRA - CRP04 /18.506**
Advogado, mestre em Direito Constitucional, professor, membro do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Fiocruz/MG, diretor do Observatório de Direitos Humanos, consultor de Políticas Públicas. Profissional com atuação em Psicologia e Políticas Públicas, Psicologia aplicada ao Direito, Psicologia e Ética.

• **SIMONE MONTEIRO RIBEIRO - CRP04 /16.886**
Mestre em Psicologia Social, coordenadora do curso de Psicologia das Faculdades Pitágoras/Montes Claros. Professora-adjunta da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

• **ANA PAULA REIS - CRP04 /15.320**
Psicóloga, profissional com atuação nas áreas de Saúde Mental na Atenção Básica em Lagoa Santa e Pedro Leopoldo; Psicologia Jurídica na Vara da Infância e Adolescência, Vara de Família e Conciliação.

• **CLERISON STELVIO GARCIA - CRP04 /22.681**
Psicólogo, profissional com atuação no Hospital das Clínicas UFMG, experiência na área de Psicologia, com ênfase em Intervenção Terapêutica, principalmente nos temas: psicologia hospitalar, psico-oncologia, educação e subjetividade.

• **FUAD KYRILLOS NETO - CRP04 /11.343**
Doutor em Psicologia Social, coordenador e professor do curso de Psicologia da Unipac/Ubá e editor da revista Mental.

• **HÉLCIA VERIATO TEIXEIRA - CRP04 /17.076**
Psicóloga, pós-graduada em Meio Ambiente Educação Gestão e Direito, profissional com atuação na área de Psicologia Sócio-Ambiental e Educação Ambiental, presidente da CIEA Oeste e da ONG Lixo e Cidadania de Divinópolis, conselheira da ACCOM - Hospital de Combate ao Câncer de Divinópolis e Região.

• **JACIARA SIQUEIRA COELHO - CRP04 /17.894**
Economista, Psicóloga, profissional atuante em medidas sócio-educativas na Secretaria de Assistência Social de Betim. Militante do Fórum Mineiro de Saúde Mental e membro efetivo da Comissão Municipal de Reforma Psiquiátrica de BH.

• **JULIANA DE PAULA MEDEIROS - CRP04 /26.005**
Psicóloga e professora da Universidade de Uberaba.

• **KEILA PIRES AMARO - CRP04 /18.284**
Mestranda em Psicologia, professora e coordenado

Pra Cuidar da Profissão

ra do curso de Psicologia da Unipac, Campus Vale do Aço. Profissional com atuação no campo das Necessidades Educacionais Especiais.

• **LOURDES APARECIDA MACHADO - CRP04 /7.090**
Especialista em Saúde Mental e Psicologia Clínica, docente em Saúde Mental.

• **MARCELO ARINOS - CRP04 /3.141**
Especialista em Saúde Mental, mestrando em Psicologia Social, qualificação de Recursos Humanos em Saúde Mental e Saúde Pública

• **RODRIGO TÔRRES OLIVEIRA - CRP04 /17.468**
Psicólogo, psicanalista, pós-graduado em Filosofia pela UFMG, professor do Núcleo de Psicanálise e Práticas Institucionais, conselheiro-presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-MG.

• **DANIEL AUGUSTO DOS REIS - CRP04 /13.893**
Psicólogo especialista em Educação Especial, advogado e conselheiro do CRP-MG

• **MARIA MERCEDES MERRY BRITO - CRP04 /4.808**
Psicóloga, psicanalista, especialista em Filosofia, mestre em Ciências Sociais. Profissional da área acadêmica, clínica e da Rede de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

• **ANA CLARICE AUGUSTO - CRP04 /570**
Especialista em Política e Gestão de Saúde/Vigilância Sanitária/SES-MG, membro do Aleph - Escola de Psicanálise e professora da Universidade Fumec.

• **ÂNGELA MARIA GUIMARÃES - CRP04 /19.180**
Especialista em Tratamento de Álcool e Drogas, psicóloga do CAPS/Araçuaí-MG e na Atenção Básica em Itinga.

• **DIANA FERREIRA - CRP04 /397**
Especialista em Psicologia do Trabalho Organizacional, consultora de empresas nas áreas da saúde e qualidade de vida no trabalho.

• **RODRIGO FIGUEIREDO - CRP04 /11.335**
Professor do Unilavras, idealizador do Projeto de Psicologia Clínica Social em Varginha, Psicólogo perito examinador de trânsito, articulador do CRP-MG desde 2005 pela região sul sudoeste.

• **SEBASTIÃO CARLOS GENEROSO - CRP04 /3.343**
Especialista em Clínica, Psicólogo da Secretaria Municipal de Saúde de Poços de Caldas e Membro da ONG Escola de Pais do Brasil.

Apoiadores

Célio Garcia, Carlos Roberto Drawin, Gregório Barenblitt, Elisabeth Antunes, Cornelis Johannes Van Straden, Jesús Santiago, Jacqueline de Oliveira Drawin, Geraldo Martins, Eduardo Gontijo, Jeferson Machado Pinto, Ana Bock, Marcus Vinícius de Oliveira, Raquel Corrêa, Ana Marta Lobosque, Fátima Lobo Boschi, Francisco Viana, Ricardo Moretzon, Milton Bicaího, Humberto Verona, Aparecida Rosângela, José Newton Garcia, Yolanda Maria Pereira de Souza, Marta Elizabeth de Souza, Roges Carvalho, Rosemire da Silva, Jeanne Dark, Paulo dos Prazeres, José de Almeida Guedes, Miriam Caiata, Graziela Reis, Tiago Horta, Cláudia Generoso, Suzana Barroso, Renato Diniz, Rita de Cássia Costa da Silva, Walter Pareira, Larissa Martins, Atualpa Sampaio, Juliana Bomtempo, Eliene Gonçalves Cordeiro, Lúcia Santos Coelho, Roberto da Silva Sales, Walter Mariano de Faria Neto e muitos outros!



Pra Cuidar da Profissão

PARA O CONSELHO FEDERAL VOTE CHAPA 21

“uma profissão fortalece sua presença social quando se posiciona e se compromete com um fazer rigoroso em resposta às demandas da sociedade”.

Humberto Verona - presidente (MG)
Ana Maria Pereira Lopes - vice-presidente (SC)
Clara Goldman Ribemboim - secretária (PE)
André Isnard Leonardi - tesoureiro (SP)
Iolete Ribeiro da Silva - secretária Norte (AM)
Maria Christina Veras - secretária Nordeste (PE)
Alexandra Anache - secretária Centro-Oeste (MS)
Elisa Zaneratto Rosa - secretária Sudeste (SP)
Deise do Nascimento - secretária Sul (SC)
Aluizio de Brito - conselheiro convidado (PB)
Roseli Goffman - conselheira convidada (RJ)
Maria da Graça Gonçalves - suplente (SP)

Andréa Nascimento - suplente (ES)
Aparecida Rosângela Silveira - suplente (MG)
Henrique J. Leal Rodrigues - suplente (RJ)
Jureuda Guerra - suplente região Norte (PA)
Anice Holanda Maia - suplente Nordeste (CE)
Cynthia Ciarallo - suplente Centro-Oeste (DF)
Acácia Angeli dos Santos - suplente Sudeste (SP)
Marcos Ratinecas - suplente região Sul (RS)
Maria Luiza Oliveira - suplente convidada (GO)
Rosana Correia e Silva - conselheira suplente convidada (DF)